

# **EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA EM FOCO: REFLEXÕES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO**

**Déborah Oliveira Santos**

Mestranda em Educação na PUC Goiás

E-mail: [profdeboraholiveira@gmail.com](mailto:profdeboraholiveira@gmail.com)

**Rodrigo da Paixão Pacheco**

Doutorando em Educação da PUC Goiás

E-mail: [adm.rodriopp@gmail.com](mailto:adm.rodriopp@gmail.com)

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho subscreve a temática de gênero, diversidade sexual e educação. A questão central que envolve o estudo é desvelar os desafios para a efetivação de uma educação democrática e emancipatória voltada para a compreensão da diversidade, da inclusão e dos direitos humanos.

Para responder tal problemática, foi fundamental se ater a historicidade e aos cenários que permeiam este tema no decorrer do tempo. Nesse sentido, o método de análise que se destacou como mais adequado para compreender as tensões, as conjecturas e as relações humanas ligadas ao objeto de estudo, foi o materialismo histórico dialético. O delineamento da pesquisa foi de natureza qualitativa, com pesquisa bibliográfica. A bibliografia utilizada possibilitou uma análise social crítica, abrangendo a totalidade e o desvelamento das contradições da realidade que envolve o objeto de análise.

São parte dessas referências bibliográficas os seguintes autores: Scott (1995), Louro (2004), Mészáros (2008), Frigotto (2017), dentre outros.

## **DESENVOLVIMENTO**

Para iniciar essa discussão, Joan W. Scott, especialista em história e professora da Escola de Ciências Sociais do Instituto de Princeton, Nova Jersey, assevera que a questão da igualdade precisa ser apreendida em termos de paradoxo e sugere que para alcançar uma solução mais democrática para o que

seria “o enigma da igualdade” se faz necessário reconhecer e manter uma tensão entre igualdade e diferença.

A Revolução Francesa anunciou como princípio a promessa da igualdade. Nesse sentido, todos seriam considerados para fins de participação e representação política. No entanto, a cidadania foi atribuída considerando as diferenças de classe, cor e gênero.

Hodiernamente, para romper com a desigualdade se faz necessário, não a ausência ou eliminação da diferença, mas sim reconhece-la, levando-a em consideração na tomada de todas as decisões políticas. Isto é, uma ação afirmativa da diferença para fins preencher a lacuna entre o aspecto legal e o social do indivíduo e alcançar a equidade.

Por seu turno, a educação possui um papel fundamental para modificar as condições de produção e reprodução do capitalismo e, por conseguinte, da sociedade de classes. O trabalho como princípio educativo, deve conduzir à emancipação humana.

Em outras palavras, sem pensamento crítico que dê conta de problematizar a realidade compreendendo-a de forma ampla e considerando os fatores sociais, econômicos e políticos “a educação significa o processo de ‘interiorização das condições de legitimidade do sistema que explora o trabalho como mercadoria, para induzi-los à sua aceitação passiva” (SADER, 2008, p.17), começando pela internalização dos parâmetros reprodutivos do sistema capitalista.

No Brasil, em função de ser uma economia caracterizada por um capitalismo dependente, as nuances das expressões da questão social – de um Estado opressor -, são incorporadas no processo de superexploração da força de trabalho – a exemplo da terceirização, quarteirização, etc.). No âmbito da educação, não faltam tentativas de inibir e subverter o processo de conscientização da classe trabalhadora, a exemplo, da concepção de meritocracia e empreendedorismo reverberada em muitos ambientes.

O recrudescimento do conservadorismo pela ascensão de governos com esse alinhamento ideológico tem repercussão direta na esfera política. Na atual conjuntura, vê-se discursos e ações de caráter conservador e discriminatório,

atingindo em cheio os repasses de verbas públicas para programas, projetos e políticas direcionadas a promoção da diversidade e equidade de gênero. Iniciativas como o Projeto Escola sem Partido expressa claramente “[...] o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros.” (FRIGOTTO, 2017, p. 18).

Nesse contexto as desigualdades de gênero e sexualidade determinam fronteiras corporais e subjetivas na família e no ambiente educacional. Para Scott (1995, p. 86) “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. No ambiente escolar as desigualdades de gênero encontram sustentação numa educação sexista. Louro (2004) aduz que os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria.

Desta forma, o ambiente educacional sexista caracteriza-se por ser disciplinador que naturaliza a exclusão - em razão de um padrão heteronormativo – produzindo e reproduzindo a exclusão e uma série de violências, hostilidades e humilhações. A evasão escolar e os subempregos são expressões da materialidade das dificuldades enfrentadas pela comunidade LGBTQIA+ no que tange a educação.

É inegável a existência de uma preocupação que ronda a temática de gênero nas escolas. Pensa-se que abordar assuntos concernentes a sexualidade poderia suscitar nos discentes o interesse prematuro por práticas sexuais e, até mesmo, orientações sexuais diversas daquelas impostas em razão da heteronormatividade. Discorrer acerca de causas LGBTQIA+ pode ser entendido como uma espécie de recrutamento ao desenvolvimento da homossexualidade. Por isso, Britzman (2013) assevera que a educação sexual tem sido usada para sustentar desigualdades raciais e de gênero.

Num contexto de conservadorismo reacionário da política que reverbera na sociedade como um todo, especialmente, no campo educacional o politicamente correto apresenta-se com pedagogias somente endereçadas a

mulheres e homens heterossexuais. Discussões acerca da criminalização do aborto e direito da mulher ao corpo são deixadas de lado para dar espaço a assuntos como prevenção da gravidez e DSTs – Infecções sexualmente transmissíveis. Nas entrelinhas, fica inequívoco a valorização da virgindade e uma certa subalternização das feminilidades.

## CONCLUSÕES

É fundamental lançar mão no ambiente escolar de uma pedagogia que alcance o pluralismo e a diversidade, no sentido mais amplo possível. Sexismo apreendido na lógica da hierarquização arbitrária dos gêneros, evidenciando a superioridade colonizadora do masculino e inferiorização do feminino não pode ter mais espaço em nossa sociedade. As ideias de gênero e sexualidade sempre provocam um grande debate, sobretudo, quando associados a políticas sociais. É medida de urgência que as escolas sejam democráticas, com currículos escolares e as mais diversas práticas pedagógicas que lancem luz em pressupostos antirracistas, antissexistas e anti-homofóbicos.

Uma forma de abordar assuntos tão polêmicos seria demonstrar que esse debate não se apresenta indissociável de temáticas mais amplas sobre diversidade religiosa, desigualdade racial, cultura indígena, classes sociais, etc. que atravessam a construção da identidade social.

A escola é fundamental na luta para eliminar os mecanismos de reprodução à dominação masculina e heteronormativa. Nesse sentido o ambiente escolar deve ser *locus* de respeito às diferenças e diversidade. Mas para que isso seja possível torna-se necessário a inclusão das temáticas de gênero, diversidade sexual e questões étnico- raciais no currículo de formação inicial e continuada dos docentes.

Desta feita, a política de educação reitera o papel escolar de promoção de direitos, cidadania, inclusão e caminho possível para equidade.

## REFERÊNCIAS

BRITZMAN, Deborah. **Curiosidades, Sexualidade e Currículo**, *in*: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação**. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. p.17-34.

LOURO, Guacira Lopes. **Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria queer como políticas de conhecimento**. *In*: LOPES, Denilson *et. al.* (Orgs). Imagem e diversidade sexual. São Paulo: Nojosa, 2004.

SADER, Emir. Prefácio, *in*: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 20, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>